

## RUI RIO ASSINALA O 10 DE JUNHO COM VISITA ÀS COMUNIDADES



pág. 4

### PSD

40.º CONGRESSO DECORRERÁ NA SUPER BOCK ARENA

A mudança para o antigo Pavilhão Rosa da Mota, no Porto, é justificada por apresentar “melhores condições”



pág. 4

### PSD

UNIVERSIDADE DE VERÃO REGRESSA DE 29 DE AGOSTO E 04 DE SETEMBRO

Suspensa durante dois anos devido à pandemia, a Universidade de Verão do PSD vai regressar neste Verão e as candidaturas estão abertas até 10 de julho.



pág. 9

### REGIONAIS

GOVERNO DOS AÇORES DISPONÍVEL PARA APOIO À IMPRENSA

José Manuel Bolieiro manifestou-se disponível para “pensar num apoio extraordinário” à imprensa regional devido aos sobrecustos do papel

# 10 DE JUNHO: RUI RIO TERMINA VISITA DEDICADA ÀS COMUNIDADES COM ANÚNCIO DE INTERCÂMBIO PARLAMENTAR COM MOÇAMBIQUE



A caminho da capital, Rui Rio reuniu com o presidente da Câmara de Chimoio, o luso-descendente João Ferreira. Neste encontro, ambos trocaram breves impressões sobre o trabalho das autarquias e falaram sobre a lei eleitoral. Neste caso, os mandatos são de cinco anos e os executivos camarários são maioritários, duas questões que têm estado em debate em Portugal.

Já em Maputo, Rui Rio começou o programa com uma reunião com a Presidente da Assembleia da República, Esperança Bias. Nesta ocasião, o Presidente do PSD fez um balanço da situação em Portugal e a Presidente da Assembleia da República de Moçambique destacou as boas relações entre os dois países e o apoio que tem recebido de Portugal. Rui Rio falou ainda do carinho que existe para com as comunidades em geral e para com Moçambique em particular, por razões históricas e culturais.

A Presidente da Assembleia da República de Moçambique anunciou ainda a visita de uma comissão parlamentar moçambicana dedicada à ética à Assembleia da República de Portugal na próxima semana, para troca de conhecimentos e boas práticas.

O deputado social-democrata Maló de Abreu mostrou total disponibilidade para ajudar Moçambique naquilo que entenderem ser útil, no âmbito da autonomia dos dois países.

Neste encontro, Esperança Bias destacou a Educação e Saúde como as principais prioridades para se poder investir na área da agricultura, nomeadamente a nível de equipamentos e escoamento, que se constituem como a principal fonte de riqueza do país. Mencionou ainda que os desastres naturais e a guerra têm sido fortes obstáculos à estabilidade e desenvolvimento moçambicano e que o apoio financeiro e técnico disponibilizado por ONG's e pelo Estado portugueses são ajudas determinantes.

## Reconstrução do Hospital da Beira tem sido notável

Rui Rio visitou o Hospital Central da Beira, na província de Sofala, Moçambique. Este hospital foi fortemente atingido pelo Ciclone Idai e a sua reconstrução está a ser possível graças à ajuda de uma ONG portuguesa, a Health4MOZ.

À margem da visita, o líder social-democrata afirmou que esta é a principal visita que tem em agenda nesta região, "porque é um exemplo muito positivo e muito bom de solidariedade. Venho visitar esta obra com orgulho de ver compatriotas meus que, num exemplo de altruísmo, estão a fazer o possível para recuperar o hospital, que depois desse infortúnio tem agora condições para ficar melhor".

O Hospital Central da Beira começou a ser reconstruído em maio de 2019, com a ajuda da Health4MOZ, uma instituição portuguesa constituída essencialmente por universitários e profissionais de Saúde da cidade do Porto, com um investimento no valor de 2,5 milhões de euros neste projeto em Moçambique.

Hoje, o Hospital conta já com novos serviços e equipamentos de excelência e, neste momento, encontra-se também em curso a construção de um novo bloco de enfermarias e um centro de formação médica.

Depois de ter visitado as comunidades portuguesas na África do Sul, o Presidente do PSD continua agora uma visita oficial para assinalar o Dia de Portugal em Moçambique, onde permanecerá até à próxima terça-feira.



ÁFRICA DO SUL

# RUI RIO DESTACA IMPORTÂNCIA DAS ASSOCIAÇÕES SOCIAIS PARA AS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Rui Rio realçou a importância das associações como a Mãe do Bacalhau num jantar em que participou com as comunidades portuguesas.

O social-democrata destacou que estas instituições são um "ponto de encontro dos portugueses" mas também dão "apoio de natureza social a compatriotas que têm algumas dificuldades".

"Um dos problemas com que a comunidade se debate é que muitas pessoas não têm apoio social quando chega a idade da reforma e correm o risco de não ter o envelhecimento com a qualidade que merecem e para a qual trabalharam", disse, acrescentando que este tipo de ações, na África do Sul, têm uma "utilidade especial".

## Deve haver maior ligação de Portugal à África do Sul

Rui Rio participou num jantar promovido pela Academia Mãe do Bacalhau com as comunidades portuguesas, onde defendeu que o Governo deve privilegiar os elos de ligação, nomeadamente através da TAP, entre Portugal e África do Sul.

Este encontro contou também com a presença da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, Ana Catarina Mendes. Durante a iniciativa, Rui Rio comentou que o 10 de Junho é uma "data para agregar" as comunidades, considerando assim natural que os responsáveis políticos se juntem com o mesmo propósito.

Alguns membros das comunidades partilharam ainda durante o jantar que tem havido pouca atenção tanto por parte do Governo como por parte do Presidente da República à África do Sul, nomeadamente por não a terem integrado nas comemorações do 10 de Junho nos últimos anos.

## Reunião com a cônsul-geral de Portugal em Joanesburgo

Rui Rio e o deputado do PSD eleito pelo círculo de fora da Europa, António Maló de Abreu, reuniram com a cônsul-geral de Portugal em Joanesburgo, Graça Fonseca.



A cônsul mostrou-se interessada em conhecer o ponto de situação sobre a alteração do sistema eleitoral, nomeadamente com a criação de condições efetivas para os portugueses poderem votar massivamente, com regras bem definidas.

Esta questão encontra-se ainda em discussão na Assembleia da República, estando já prevista a revisão da Lei da Nacionalidade.

Graça Fonseca estima que residam 250 mil portugueses na África do Sul e aponta algumas falhas aos partidos relacionadas com a falta de uma campanha de proximidade e de informação, que incentive os portugueses a votar. Atualmente, entre a comunidade portuguesa na África do Sul, a insegurança, o crescimento da pobreza e a diminuição de população são os principais problemas a combater.

A discriminação dos portugueses e outras comunidades de raça branca no acesso ao emprego e ao ensino superior é um dos motivos que está a levar a uma redução da comunidade, obrigada a sair e a procurar alternativas noutros países.

## Portugueses vivem em insegurança e com falta de apoio social na África do Sul

Rui Rio destacou a insegurança e a falta de apoio social como os principais problemas que afetam os portugueses na África do Sul. O líder social-democrata, de visita a África do Sul para assinalar o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, falava durante um jantar para comemorar o 54.º aniversário da Academia Mãe do Bacalhau de Joanesburgo.

Rui Rio destacou que o Estado social não existe na África do Sul da mesma maneira como existe "em Portugal e na Europa" e que esse é um dos problemas com que os portugueses se debatem.

"As pessoas chegam à parte final da sua atividade profissional e, quando já se deveriam retirar não têm muito o apoio social a que nós estamos habituados. E, por isso, correm o risco de não ter o envelhecimento e de não ter essa parte da vida com a qualidade que merecem e com a qualidade para a qual trabalharam uma vida inteira", adiantou.

Sobre a questão da "insegurança" ou da "falta de segurança" que também aflige os portugueses na África do Sul, o líder do maior partido da oposição referiu que não se pode "fazer outra coisa que não seja ser solidários porque não compete ao Governo português fazer o quer que seja pela segurança na África do Sul".

"Agora, é crónico, tem-se agravado e eu compreendo que realmente quem está aqui há uma via se sinta desconfortável com a crescente insegurança quando aquilo que merece é algum conforto, alguma segurança e ter uma vida tranquila", salientou.

Na sua intervenção em véspera da celebração do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, Rui Rio considerou ainda que a comunidade portuguesa na África do Sul "é muito relevante".

"Em Joanesburgo, até porque o Presidente da República era para vir aqui e também não conseguiu vir em 2020, a comunidade tem uma dimensão, tem um tamanho, tem uma pujança que merece" essa visita, frisou.

Rui Rio referiu depois "que os portugueses têm muito orgulho nas comunidades espalhadas pelo mundo que honram Portugal, que honram os portugueses e que demonstram que muitas vezes quando os portugueses em Portugal não conseguem atingir determinados patamares, o problema não estará tanto neles, mas no que é normalmente a governação do país que não consegue puxar pelas potencialidades dos portugueses ao longo dos anos".

"Se são capazes noutros países, também seriam capazes naturalmente em Portugal se as condições assim fossem. Por isso, aquilo que desejamos é que Portugal progrida. É o país de todos nós, é o país que todos nós gostamos e que está no nosso coração, de modo que a emigração se torne cada vez menor, (...) para que os portugueses todos tenham condições para em Portugal poderem trabalhar, ter vida social e serem felizes", salientou.

Na ótica de Rui Rio, "o 10 de junho tem servido também para honrar os valores da comunidade e os valores de Portugal", conclui.

# 40.º CONGRESSO DECORRERÁ NA SUPER BOCK ARENA



O 40.º Congresso Nacional do Partido Social Democrata vai realizar-se na Super Bock Arena, no Porto, em vez de no Coliseu, como estava inicialmente previsto.

Em comunicado, o PSD refere que a mudança para o antigo Pavilhão Rosa da Mota é justificada por apresentar “melhores condições” e para proteger os participantes face à degradação da atual situação pandémica. “Foi realizada a visita técnica com as várias entidades internas e externas ao PSD que irão estar a acompanhar o evento e constatou-se que o Coliseu não reunia as melhores condições envolventes e necessárias”, sublinha.

“Considerando, também, a necessidade de salvaguardar um espaço para o evento mais adequado às condições pandémicas existentes e a necessidade de um espaço exterior que acomode as necessidades logísticas da comunicação social, decidiu-se reequacionar a localização do evento”, acrescenta a nota.

A escolha do novo local foi articulada entre a Secretaria-geral do PSD e o Presidente eleito, Luís Montenegro.

O 40.º Congresso Nacional decorre nos dias 1, 2 e 3 de julho de 2022.

## APROVADA DIRETIVA EUROPEIA SOBRE IGUALDADE DE GÉNERO NOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO DAS EMPRESAS

Ao fim de mais de uma década de avanços e recuos, foi finalmente alcançado, no dia 7 de junho, um acordo sobre a diretiva europeia Women on Boards, relativa à participação das mulheres nos conselhos de administração, nas negociações interinstitucionais envolvendo o Parlamento Europeu e o Conselho.

Para a eurodeputada do PSD Maria da Graça Carvalho, relatora-sombra da diretiva pela Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade dos Géneros (FEMM), trata-se de “um momento histórico, que será recordado no futuro como um marco na luta contra a discriminação baseada no género na União Europeia”.

“O principal obstáculo à concretização do Women on Boards nunca foi o Parlamento e, sim, a forte oposição mantida por alguns Estados-Membros que, durante muito tempo, foram bloqueando a sua aprovação no Conselho Europeu”, explica. Um contexto que se foi alterando “graças a uma evolução nas mentalidades, mas também a uma melhor perceção do que está verdadeiramente aqui em causa”.

A diretiva estabelece o objetivo de que pelo menos 40% dos lugares de administradores não-executivos das sociedades cotadas em bolsa sejam ocupados “pelo género sub-representado” – em geral, as mulheres –, ou 33% dos lugares de administradores executivos e não executivos, desde que exista um equilíbrio entre estes. Atualmente, de acordo com dados do Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE), as mulheres representam menos de 30% dos membros dos Conselhos de Administração e apenas 8% dos CEO das principais sociedades cotadas da Europa. A realidade é, no entanto, muito diversa entre os Estados-membros, sendo que Portugal está entre os países que já estão atualmente no principal patamar exigido pela diretiva, embora tenha



ainda de melhorar noutros aspetos.

Entre os motivos que foram adiando a aprovação da Women on Boards, estiveram alegações de que a diretiva seria uma ingerência nas competências dos Estados-membros ou no setor privado. Argumentos que, para Maria da Graça Carvalho, “nunca fizeram sentido, sendo até estranho que tenham sido defendidos por países progressistas nestes temas. O direito a não ser discriminado em função do género, nomeadamente no mercado de trabalho, é um princípio que já faz parte da ordem jurídica, e inclusivamente das constituições, da generalidade dos países da UE”, lembra.

“Trata-se simplesmente de assegurar que este princípio é respeitado e aplicado. Se os mercados de trabalho têm uma representação próxima dos 50% de cada género, se as mulheres têm vindo a suplantar os homens ao nível das habilitações médias, nada justifica a sua gritante sub-representação nas lideranças das empresas. Estas metas vinculativas não são uma solução perfeita, mas são a única que resta quando a autorregulação não funciona”, conclui.



## UNIVERSIDADE DE VERÃO REGRESSA DE 29 DE AGOSTO E 04 DE SETEMBRO

A Universidade de Verão do PSD vai regressar entre 29 de agosto e 04 de setembro, após dois anos de interrupção devido à pandemia de covid-19, e as candidaturas estão abertas até 10 de julho.

A próxima edição acontecerá durante uma semana, numa jornada de estudos intensivos, com a participação de uma seleção de jovens quadros de elevado potencial e de um naipe de formadores e oradores de grande qualidade.

As candidaturas estão abertas aos militantes da JSD, a jovens quadros do PSD e a independentes que nas autarquias locais, no movimento estudantil, ou em qualquer outra atividade de intervenção social, tenham estreitado esforços com o partido, preferencialmente no escalão etário entre os 18 e os 30 anos.

A Universidade de Verão é uma iniciativa promovida conjuntamente pelo PSD, pela JSD, pelo Instituto Francisco Sá Carneiro e pelo Partido Poupou Europeu (PPE), que se realiza desde 2003.

# PSD LAMENTA PROFUNDAMENTE MORTE DE BEBÉ NO HOSPITAL DAS CALDAS DA RAINHA E EXIGE AO GOVERNO QUE APURE TODAS AS RESPONSABILIDADES



O PSD lamenta profundamente a morte de um bebé, na madrugada de quinta-feira, no hospital das Caldas da Rainha, após um parto por cesariana. E envia sentidas condolências à família.

Tendo conhecimento de que o serviço de urgência da unidade se encontrava, no momento da intervenção, com uma escala incompleta de médicos obstetras, importa apurar com a maior brevidade possível as causas deste episódio de desfecho trágico.

Segundo avança a comunicação social, o parto foi realizado em circunstâncias urgentes e terá gerado discussão entre os clínicos presentes.

O PSD considera urgente que se esclareça as circunstâncias do sucedido, tendo já remetido uma pergunta à Ministra da Saúde.

Importa ainda assegurar que o serviço de urgência do Hospital das Caldas da Rainha, que se encontra sob pressão há semanas, tenha os recursos humanos necessários para assegurar a total segurança dos cidadãos e a devida prestação de cuidados de saúde.

## CORTE DE APOIOS ALIMENTARES ÀS FAMÍLIAS, PSD CHAMA MINISTRA AO PARLAMENTO

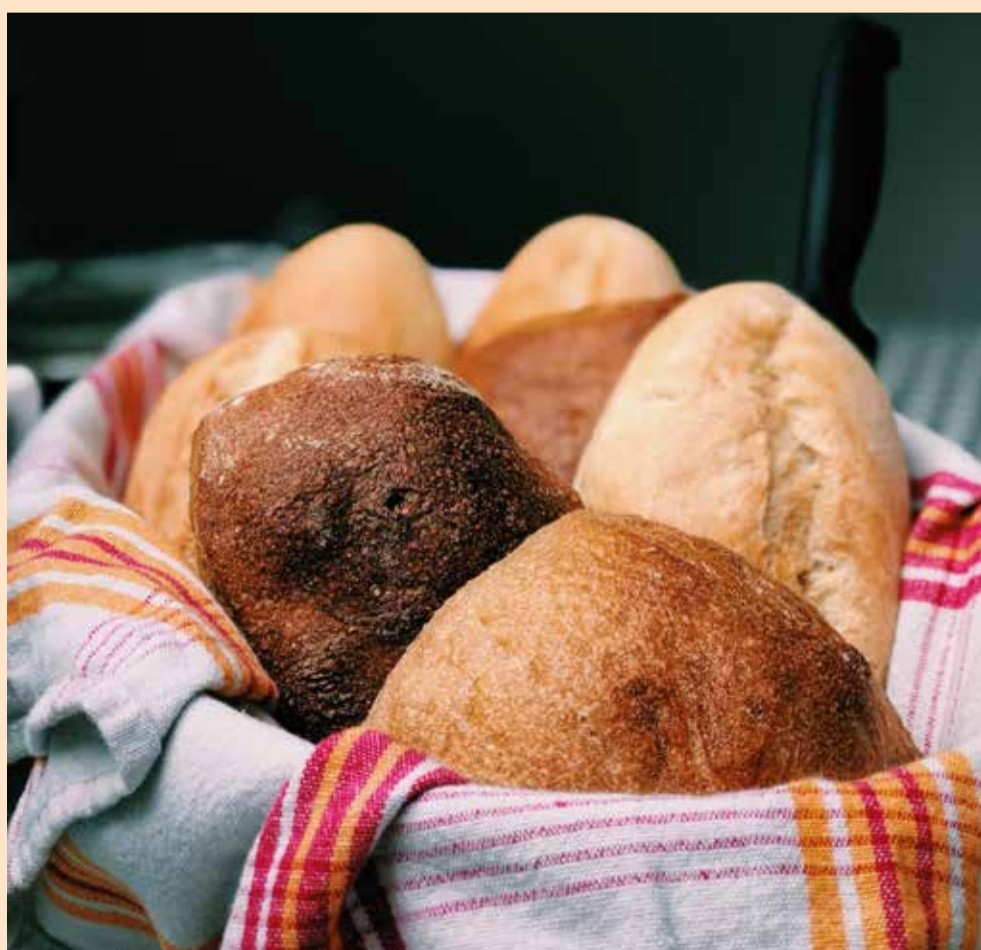
O PSD quer ouvir no Parlamento a ministra do Trabalho sobre o corte do apoio alimentar a carenciados. Em declarações aos jornalistas, Nuno Carvalho abordou a notícia de que o Instituto de Segurança Social (ISS) instruiu centros distritais de todo o país para reduzirem o número de beneficiários do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC) de 120 para 90 mil.

“O PSD vai apresentar ainda esta mesma tarde um requerimento para ouvir a senhora ministra do Trabalho e Segurança Social [Ana Mendes Godinho], e também a senhora presidente do Instituto de Segurança Social, bem como a Rede Europeia Anti-Pobreza e a própria DECO sobre esta matéria”, anunciou o coordenador do PSD na Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão. Segundo Nuno Carvalho, “o primeiro espanto do PSD é que a senhora Ministra, até ao momento, esteja calada, esteja em silêncio” sobre um tema que disse ser “super relevante para o seu trabalho”.

Os sociais-democratas pretendem assim que Ana Mendes Godinho se desloque ao parlamento para explicar “o porquê desta medida e o porquê de excluir famílias”.

No que se refere às restantes entidades que o PSD pretende convocar, o deputado social-democrata defendeu que estas podem dar uma “informação bastante relevante” sobre o POAPMC numa altura em que, segundo disse, não se deve “estar apenas a discutir o erro do Governo ao excluir famílias”, mas também a analisar “a adaptação desta medida às atuais circunstâncias”.

“Estamos a viver tempos onde, de facto, a economia funciona de uma forma disruptiva e era fundamental que esta medida se pudesse adaptar às necessidades e não estar a fazer exatamente o contrário, que é excluir as pessoas que têm mais necessidades”, frisou.



# PSD QUER EVITAR QUE AUTARQUIAS FIQUEM IMPEDIDAS DE ACEDER A FUNDOS COMUNITÁRIOS



O PSD apresentou um Projeto de Lei que visa evitar que as autarquias que não têm a revisão do plano territorial concluída fiquem impedidas de aceder a fundos comunitários.

No documento, que tem o líder Paulo Mota Pinto como primeiro subscritor, o Grupo Parlamentar do PSD recorda que o governo introduziu uma alteração no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial que determina que “se, até 31 de março de 2022, não tiver lugar a primeira reunião da comissão consultiva, (...) ou a conferência procedimental a que se refere o n.º 3 do artigo 86.º do presente decreto-lei, por facto imputável ao município ou à associação de municípios em questão, é suspenso o direito de candidatura a apoios financeiros comunitários e nacionais que não sejam relativos à saúde, educação, habitação ou apoio social, até à conclusão do procedimento de alteração ou revisão do plano territorial em causa, não havendo lugar à celebração de contratos-programa.”

Com o prazo já ultrapassado, os sociais-democratas alertam para as “sanções graves” numa altura em que Portugal “tem a oportunidade única de usufruir de verbas adicionais, graças ao Plano de Recuperação e Resiliência. Esta situação poderá ser dramática para os municípios que ficarão impedidos de concretizar as suas políticas públicas de desenvolvimento territorial.”

No documento, os deputados do PSD afirmam que é necessário ter em conta o período especial que se viveu, no contexto de emergência de saúde pública, com as consequentes restrições associadas à situação pandémica e atender também aos eventuais atrasos por parte dos municípios neste processo devido às eleições autárquicas no final do ano de 2021.

Perante este cenário, o PSD entende que “não seria razoável” que os autarcas, que foram chamados a reagir rapidamente à situação epidémica e a mitigar os seus impactos sociais e económicos, que tomaram decisões urgentes e inadiáveis em prol das suas populações, vissem agora os seus municípios e populações fortemente penalizados no acesso a fundos comunitários.

“Sempre defendemos uma administração local com rigorosos critérios de gestão, mas consideramos que é imperiosa e urgente esta alteração, numa altura em que

os autarcas foram e são chamados a interpretar um papel de um guião que não estava escrito”, afirmam os deputados, adiantando que o próprio governo que devia

dar o exemplo, “tem falhado na revisão e adequação dos planos de âmbito nacional e regional ao regime jurídico em vigor”.

**13 ABRIL 2022:**  
**ANTÓNIO COSTA:**  
**“ A PROPOSTA DE ORÇAMENTO PREVÊ MAIS DE 1.200 MILHÕES DE EUROS DE APOIO ÀS EMPRESAS E ÀS FAMÍLIAS”**

**08 JUNHO 2022:**  
Fonte: JN

**SEGURANÇA SOCIAL MANDA CORTAR APOIO ALIMENTAR A MILHARES DE POBRES**

SETÚBAL

## FALTA DE PLANEAMENTO DA CARRIS METROPOLITANA

A Distrital do PSD de Setúbal critica “o mau planeamento do novo serviço de transportes” da Carris Metropolitana, que iniciou a sua operação, no passado dia 1 de junho, nos concelhos de Alcochete, Moita, Montijo, Palmela e Setúbal. Uma solução que previa melhorar a mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa, onde o norte do distrito de Setúbal está incluído, que se estenderá aos restantes municípios no mês de julho.

Paulo Ribeiro, presidente do PSD Distrital de Setúbal, denuncia que “o aumento dos valores dos títulos de transporte vendidos a bordo, a lotação dos autocarros devido aos atrasos excessivos são algumas das queixas que nos têm chegado”. Adianta também que “não se pode admitir que um serviço essencial na vida de milhares de pessoas seja desenhado à pressa”.

No dia 6 de junho, dados indicam que cerca de 90% das carreiras previstas não se realizaram porque os motoristas não conhecem os percursos e as paragens definidas para esta rede de transportes, sendo que a informação disponibilizada aos mesmos, pasme-se, estava em espanhol. Para quem depende deste meio para se deslocar, seja para o trabalho ou para comparecer a uma consulta, teve de esperar inúmeras horas ou utilizar um meio alternativo. A estes problemas, já de si graves, acresce a falta de informação com que os utentes são confrontados, a ausência de horários nas paragens e a deficiente organização do serviço.

A Distrital do PSD de Setúbal apela à entidade gestora da Carris Metropolitana que crie estratégias para colmatar as falhas sentidas nestes primeiros dias e que aperfeiçoe a formação dada aos motoristas para que estes consigam prestar um serviço de qualidade aos moradores da AML.



## MAFRA QUER ESTAÇÕES METEOROLÓGICAS EM TODAS AS FREGUESIAS



A instalação de estações meteorológicas em todas as freguesias do concelho de Mafra para alerta de riscos climáticos é uma das prioridades do município, depois de ter obtido financiamento comunitário, revelou o Presidente da Câmara Municipal.

“Mafra fica extremamente motivada, porque tem uma equipa a trabalhar nas alterações climáticas e nos objetivos para o desenvolvimento sustentável e vai ser um fundo financeiro essencial para continuar a nossa estratégia”, afirmou hoje o presidente da câmara, Hélder Sousa Silva.

Cascais, Cávado, região de Coimbra, Fundão, Área Metropolitana de Lisboa, Mafra, Médio Tejo e Vila Pouca de Aguiar foram locais portugueses escolhidos, num total de 118 ao nível da União Europeia (UE), para implementar projetos de adaptação às alterações climáticas que mobilizam 370 milhões de euros até 2023, anunciou a Comissão Europeia.

A Missão da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas receberá um total de 370 milhões de euros de financiamento do programa de investigação e inovação da UE, o Horizonte Europa, até 2023.

Após a aprovação da candidatura, o município de Mafra, no distrito de Lisboa, vai avançar com a elaboração do Plano de Ação, com calendarização e financiamento das várias medidas a executar, concretizando desta forma a sua Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, aprovada em 2017.

Segundo o presidente da Câmara de Mafra, uma das prioridades é a existência de uma rede de alertas de riscos climáticos, com a instalação de uma estação meteorológica em cada uma das freguesias do concelho, incorporando os riscos nos instrumentos de planeamento territorial.

O município quer também promover a utilização de transportes livres de emissões de dióxido de carbono.

A estratégia aponta ainda para outras medidas como a melhoria do uso eficiente da água, reduzindo os desperdícios através de sistemas de rega inteligentes, ou a reflorestação e arborização para combater a erosão dos solos.

A autarquia pretende igualmente reabilitar zonas costeiras e ribeirinhas, reforçando os cordões dunares e as galerias ripícolas, e garantir a proteção da costa promovendo, com o recuo progressivo da construção.

Outro compromisso passa pela construção de infraestruturas que aumentem a capacidade de retenção de água, por um melhor planeamento urbano dos espaços públicos em função da resposta aos eventos climáticos extremos e pela realocação de infraestruturas e equipamentos situados em zonas vulneráveis para reduzir os danos por inundação.

A autarquia compromete-se ainda a promover a salvaguarda dos espaços agrícolas e florestais, através de silvicultura preventiva, ações de fogo controlado ou a abertura de caminhos de circulação.

As principais alterações climáticas identificadas no concelho foram a diminuição da precipitação média anual, o aumento da temperatura média anual, em especial das máximas, a subida do nível médio da água do mar e o aumento de fenómenos extremos de precipitação.

# CASCAIS RECEBE FINANCIAMENTO EUROPEU PARA COMBATER AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

O município de Cascais congratulou-se, dia 9 de junho, por ser uma das oito regiões portuguesas escolhidas pela União Europeia para o combate às alterações climáticas, referindo que tem já em curso um plano de ação com 82 medidas.

“Estamos orgulhosos por estar nesta seleção. Foi uma seleção exigente e sabemos que vamos poder beneficiar de um conjunto de especialistas e ter acesso a linhas de financiamento mais dedicadas a estas questões”, afirmou à agência Lusa a vereadora com o pelouro da qualificação ambiental e das alterações climáticas na Câmara Municipal de Cascais, Joana Pinto Balsemão.

Cascais, Cávado, região de Coimbra, Fundão, a Área Metropolitana de Lisboa, Mafra, Médio Tejo e Vila Pouca de Aguiar foram locais portugueses escolhidos, num total de 118 ao nível da União Europeia (UE), para implementar projetos de adaptação às alterações climáticas que mobilizam 370 milhões de euros até 2023, anunciou a Comissão Europeia na terça-feira.

A Missão da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas receberá um total de 370 milhões de euros de financiamento do programa de investigação e inovação da UE, o Horizonte Europa, até 2023.

No caso do município de Cascais, Joana Balsemão referiu que o financiamento obtido vai servir para concluir o plano de ação municipal de adaptação às alterações climáticas, em vigor há cinco anos, e para “acompanhar os desafios futuros”.

“Cascais já trabalha a temática das alterações climáticas há muitos anos. Temos um plano em desenvolvi-



mento, com 82 medidas, e que já vai com 60% de taxa de execução. Quando há um evento climático extremo é à nossa porta que os cidadãos vão bater em primeira instância. É de nós que os cidadãos esperam medidas responsáveis e preventivas”, apontou a autarca.

Das medidas em curso, Joana Pinto Balsemão destacou a requalificação das ribeiras do município e a exe-

cução do plano de paisagem do Parque Natural Sintra-Cascais, que segundo a autarca vão ajudar a “mitigar” os efeitos nocivos das alterações climáticas.

A implementação das ações identificadas no plano de ação para a adaptação às alterações climáticas, lançado em 2017, contempla um investimento total de 11,5 milhões de euros até 2030.

# MOGADOURO RECUPERA ANTIGA ESCOLA PARA INSTALAR UM CENTRO EDUCATIVO



O município de Mogadouro iniciou a retirada das placas de amianto da cobertura de uma antiga escola localizada numa zona habitacional, onde futuramente pretende construir em centro de recursos educativos.

“Esta operação está orçamentada em 20 mil euros e decidimos avançar com a retirada de mil metros quadrados de telhas de amianto porque consideramos que se tratava de um perigo para a saúde pública, pois o edifício está muito degradado. Este é o primeiro passo antes da demolição deste imóvel. Em nosso entender, esta operação [de retirada de amianto] já deveria ter sido efetuada há alguns anos”, explicou António Pimentel, dia 9 de junho.

Segundo o autarca de Mogadouro, no distrito de Bragança, o imóvel estava obsoleto e será depois demolido para dar lugar a um centro de recursos educativos cujo projeto está a ser pensado, numa empreitada que ficará sempre acima de 1,5 milhões de euros.

“O espaço onde está construída esta antiga escola primária está bem localizado e por isso vamos avançar com um projeto para a criação do centro de recursos culturais e educativos, já que se encontra numa zona nobre da vila de Mogadouro”, venceu o autarca social-democrata.

António Pimentel explicou que estará “para breve” proceder à demolição completa do edifício, que foi construído nos finais da década de 70 do século passado e que se encontra em avançado estado de degradação há cerca de 15 anos.

“Para nós, este espaço está num lugar central onde pretendemos construir um Centro de Recursos Educativos, com várias valências de ensino, artes e ofícios, onde serão instalados vários ateliês destinados aos alunos do concelho”, concretizou o autarca.

Nos trabalhos de remoção da cobertura da antiga escola com mil metros quadros cobertos com telhas de amianto está empenhada uma empresa especializada, para cumprir todas as normas de segurança dado os perigos para a saúde pública.



# GOVERNO DOS AÇORES DISPONÍVEL PARA APOIO À IMPRENSA

O Presidente do Governo Regional dos Açores manifestou-se disponível para “pensar num apoio extraordinário” à imprensa regional devido aos sobrecustos do papel, “essencial para a materialização das edições dos jornais”.

“O Governo está sensível para pensar num apoio extraordinário à imprensa, devido ao aumento de preço do papel, fruto desta crise económica, que penaliza a imprensa”, afirmou José Manuel Bolieiro, dia 8 de junho, no Palácio de Sant’ Ana, em Ponta Delgada, após ter recebido, em audiência, a Delegação Regional dos Açores da Anafre – Associação Nacional de Freguesias.

O chefe do executivo regional falava a propósito da indicação de que os jornais “Diário dos Açores”, “Correio dos Açores” e “Atlântico Expresso” deixam, a partir de 9 de junho de 2022, de ser impressos devido à “rotura de vários tipos de papel no mercado nacional e internacional”.

José Manuel Bolieiro esclareceu que uma questão é a “gestão de ‘stock’ de papel” e outra, a que o Governo regional está “sensível”, é o aumento dos preços do papel.

“Relativamente a esta matéria, assumo a vontade e o compromisso de colaborar, no quadro das nossas possibilidades”, afirmou.

Questionado sobre os moldes do referido apoio extraordinário à imprensa, o chefe do Governo indicou que será definido através do “diálogo”, essencial para ter “o bom acolhimento das opções”.

“Para nós, os órgãos de comunicação social prestam um serviço à democracia, à pluralidade de opiniões e à formação cívica. Por isso, temos sistemas de subvenção pública aos órgãos de comunicação social regionais”, destacou.



# GOVERNO DOS AÇORES ALCANÇA “SOLUÇÃO DE FUTURO” PARA A SATA

O líder parlamentar do PSD/Açores afirmou, dia 7, que o trabalho “persistente e cuidadoso” do Governo Regional conduziu à aprovação, pela Comissão Europeia, do plano de reestruturação da SATA, garantindo que fosse alcançada uma “solução de futuro” para a companhia aérea açoriana.

“O Governo dos Açores, com a importante colaboração do conselho de administração da SATA, levou a cabo um trabalho persistente e cuidadoso, tendo em conta a gravidade da situação em que se encontrava a companhia aérea regional. Foi possível alcançar uma solução de futuro que permitirá salvar a empresa da falência socialista”, afirmou João Bruto da Costa.

O líder da bancada social-democrata falava após uma audiência em que o Presidente do Governo prestou esclarecimentos aos partidos com assento parlamentar sobre o plano de reestruturação da SATA.

Segundo João Bruto da Costa, “a reestruturação da SATA era um compromisso político do Presidente do Governo dos Açores, José Manuel Bolieiro, que, ainda como candidato nas eleições regionais de 2020, tinha assumido como prioritária a salvação da companhia”.

“Foi este Governo da Coligação PSD/CDS-PP/PPM que assumiu, verdadeiramente, a importância estratégica da SATA para a Região e tudo fez para que a companhia tivesse futuro”, sublinhou.

O presidente do grupo parlamentar destacou também a “garantia” de que não haverá qualquer processo de despedimento coletivo no Grupo SATA.

O líder da bancada social-democrata classificou ainda como “completamente absurdas” as críticas do Partido Socialista à privatização de 51% do capital social da SATA Internacional – Azores Airlines, medida imposta pela Comissão Europeia no plano de reestruturação da empresa.

“Foi o governo do Partido Socialista que, em 2020, pediu a intervenção da Comissão Europeia na SATA. É preciso muito desprante para vir agora criticar uma medida que a Comissão Europeia impôs. Essas críticas do PS são completamente absurdas”, frisou.

João Bruto da Costa acrescentou que a Comissão Europeia “desmentiu o Partido Socialista” relativamente à investigação sobre os aumentos de capital da SATA, dado que “Bruxelas concluiu que as ajudas do anterior governo à empresa foram ilegais”.



# AÇORES E MADEIRA RECLAMAM “TRATAMENTO JUSTO E EQUILIBRADO” DO ESTADO

Os Grupos Parlamentares do PSD das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira estão a trabalhar de mãos dadas na defesa de interesses comuns, como é o caso da Lei das Finanças Regionais.

O líder da bancada social-democrata dos Açores João Bruto da Costa reclamou assim, esta tarde, “um tratamento imparcial, justo e equilibrado entre as Regiões Autónomas” por parte do Estado português.

João Bruto da Costa, durante a Cimeira do PSD dos Açores e da Madeira que se realizou nos dias 8 e 9 de junho em Ponta Delgada, apelou ao “reconhecimento das especificidades das Regiões Autónomas que exigem uma visão equitativa, devendo o Estado assegurar um tratamento, tendo sempre em consideração as respetivas características intrínsecas, necessidades, especificidades e exigências em termos de desenvolvimento económico e social”.

O parlamentar salientou, na ocasião, “a importância de, ao nível governamental, existir um trabalho conjunto de avaliação das necessidades de atualização face às novas realidades e correção das injustiças contidas na atual versão da Lei de Finanças Regionais”, exortando os Governos Regionais dos Açores e da Madeira, “a aprofundarem um trabalho de concertação e negociação com o Estado Português com vista ao cumprimento dos objetivos reconhecidos”.

“Entendemos que há uma necessidade de olharmos para a Lei das Finanças Regionais com espírito construtivo de maior eficácia, equidade e equilíbrio, não descurando de cada uma das suas concretas aspirações de uma forma justa e equitativa”, frisou João Bruto da Costa.

Para o parlamentar social-democrata dos Açores, importa igualmente o “reconhecimento das questões relativas ao Mar dos Açores e da Madeira para o presente e futuro das respetivas regiões e do país, exigindo-se o respeito pelas prerrogativas autonómicas de participação nas matérias relativas à gestão e poder de decisão sobre as questões relativas ao Mar”.

O presidente da bancada parlamentar do PSD/Açores destacou que “em conjunto podemos ter uma voz mais avalizada, melhor reivindicação, melhor chamada de atenção para aqueles que são os problemas específicos”.

Segundo João Bruto da Costa, “Portugal deve ser exemplo numa nova abordagem de responsabilidades dos Estados para com as regiões ultraperiféricas que, no nosso caso, trata-se de dar consequências práticas a um relacionamento mais pró-ativo com as regiões autónomas”.

Palavras partilhadas pelo presidente do grupo parlamentar do PSD/Madeira, Jaime Filipe Ramos, que reforçou querendo “uma lei que favoreça os Açores e a Madeira e não as dividam. Esse é um jogo no qual não podemos entrar”, salvaguardou.

## **Casa da Madeira: a nossa embaixada no arquipélago açoriano**

Os deputados do PSD/Madeira visitaram a Casa da Madeira nos Açores, no âmbito da Cimeira realizada em Ponta Delgada, entre os Grupos Parlamentares Social Democratas das duas Regiões Autónomas.

Na ocasião, o líder parlamentar, Jaime Filipe Ramos, sublinhou que aquela Casa, fundada em 1986, é muito



mais do que um espaço de reunião dos madeirenses que residem nos Açores, “é a nossa embaixada no arquipélago açoriano” e é também um local de afirmação da identidade madeirense e de intercâmbio entre as culturas destes dois povos insulares, com muitas diferenças entre si, mas com uma história de luta pela Autonomia muito semelhante e com desafios futuros comuns.

Jaime Filipe Ramos sublinhou ainda que a Casa da Madeira tem uma atividade muito dinâmica, promovendo um conjunto diversificado de eventos, como exposições e conferências, relacionados com temáticas muito atuais e que são de extrema pertinência tanto para os madeirenses como para os açorianos, como é disso exemplo a questão da mobilidade, tema de uma das últimas iniciativas.



**CONVOCATÓRIAS DO PSD**

**RECEÇÃO**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



**DISTRITAIS**

**BEJA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais, nomeadamente o seu artigo 39.º, convocamos V.ª Ex.ª para uma Assembleia Distrital Ordinária, a realizar no dia 23 de Junho, (quinta-feira) pelas 21H00, na Sede Distrital do PSD, Praça da República 17, 1.º Beja, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Apreciação e deliberação da Moção Distrital a apresentar ao 40º Congresso Nacional do PSD;
2. Aprovação do orçamento e ratificação das contas anuais do partido a nível do distrito.

**SECÇÕES**

**ALMADA**

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convoca-se todos os militantes da Secção de Almada do PSD, para a Eleição dos Órgãos da Secção, a realizar no dia 16 de Julho (sábado) de 2022, entre as 14H00 e as 20H00, na Sede da Secção, sita na Rua da Liberdade, nº 38 – Almada, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto Único – Eleição dos Órgãos da Secção.

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas aos órgãos sujeitos a sufrágio deverão ser entregues na Sede da Secção ao Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem o substitua, até às 23H00 do dia 13 de Julho de 2022.

Para efeitos de votação no dia 16 de Julho de 2022, as urnas estarão abertas das 14H00 às 20H00.

**CADAVAL**

Nos termos da alínea C) do nº 2 do art.º 53 dos Estatutos do PPD/PSD, conjugado com o nº 1 do art.º 3º do Regulamento Eleitoral, convoca-se os militantes desta Secção, para reunirem no dia 15 de Julho (sábado) de 2022, das 19H00 às 21H30, na Sede sita na Rua D. Fernando, 12 – Cadaval, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto único: Eleição dos Órgãos de Secção

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas terão de ser entregues, na Sede provisória da Secção, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas das 20H30 às 22H30.

Os militantes, para poderem votar, terão de ter as suas quotas regularizadas até ao décimo dia anterior ao dia do ato eleitoral.

**ESPINHO**

**ALTERAÇÃO DO LOCAL DA ASSEMBLEIA DE SECÇÃO, PUBLICADO NO POVO LIVRE DE 8 DE JUNHO DE 2022**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Espinho, para reunir no próximo dia 22 de Junho de 2022 (quarta-feira), pelas 21H15, no Restaurante “Alma de Fado” (Antigo Zip-Zip), sita na Avenida Central Norte, nº 233 em Paramos, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Discussão e aprovação do relatório de contas 2021;
2. Aprovação de orçamento para o ano 2022;
3. Análise da situação política local e nacional;
4. Outros Assuntos.

**Évora**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Évora, para reunir, no próximo dia 27 de Junho (segunda-feira) de 2022, pelas 18H00 na Sede Distrital, sita na Rua Cândido Reis, nº 48 Évora com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
2. 40º Congresso Nacional;
3. Análise política Nacional;
4. Outros assuntos.

**MACEDO DE CAVALEIROS**

Ao abrigo do disposto nos artigos 53o e 54o dos Partido Social Democrata (PPD/PSD), convoca-se os militantes da Secção de Macedo de Cavaleiros para reunir em Assembleia de Secção, na Sede Concelhia, no próximo dia 22 de junho de 2022 (quarta-feira), pelas 21H00, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Análise da situação política local e nacional;
2. Outros assuntos.

De acordo com o disposto no artigo 69o dos Estatutos, se na reunião acima convocada não estiverem presentes mais de metade dos militantes, fica desde já convocada uma nova reunião da Assembleia de Secção, no mesmo local e dia, decorridos que sejam trinta minutos, a qual funcionará com qualquer número de presenças.

**SINTRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia Plenária de militantes da Secção Concelhia de Sintra, para reunir no dia 22 de junho (quarta-feira) de 2022, pelas 21H00 na Sede da Secção Concelhia de Sintra, sita na Rua Mário Costa Ferreira Lima, n.º 7 R/c, Portela Sintra, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações.
2. Informação da situação financeira da Secção e ratificação das Contas referentes ao ano de 2021
3. Análise da situação política.

**TERRAS DO BOURO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia da Secção de Terras de Bouro do PSD para reunir, no próximo dia 23 de junho, (quinta-feira) pelas 21H00, na Sede da Junta de Freguesia de Moimenta, sita na Avenida Dr. Paulo Marcelino, 87- 2º Esqº Terras de Bouro, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
2. Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento da CPS de Terras de Bouro para o ano de 2022;
3. Apreciação e ratificação das contas da CPS de Terras de Bouro relativas ao ano de 2021;
4. Outros assuntos.

**VISEU**

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral, convoca-se todos os militantes com capacidade eleitoral ativa, da Secção de Viseu do PSD, para reunirem em Assembleia Eleitoral no dia 16 de Julho (sábado) de 2022, entre as 14H00 e as 20H00, na Sede do PSD de Viseu, sita na Rua Eng. Lino Moreira Rodrigues, loja nº 9, Edifício Vasco da Gama, Viseu, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto único: Eleição dos Órgãos da Secção de Viseu;

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substitua, até às 24H00 do 3º dia anterior ao ato eleitoral.

**CONVOCATÓRIAS DA JSD**

**RECEÇÃO**

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com



**GUARDA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia da Guarda para o Plenário Concelhio da JSD Guarda, a realizar-se no dia 16 de Julho de 2022, entre as 21:00 horas e as 23:00 horas, na sede do PSD de Guarda, na Rua Marquês de Pombal, 3 - 2º andar com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa de Plenário e Comissão Política Concelhia.

**Notas:**

Devem as listas candidatas ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até as 23:59 horas do sétimo dia anterior ao acto eleitoral, para o e-mail lopessergio28@gmail.com.

**ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO PL ANTERIOR 08/06/2022**

**GUIMARÃES**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Guimarães, para reunir no próximo dia 9 de julho (sábado), entre as 14h e as 16h, na Sede Concelhia do PSD, sita em Largo do Toural 124, 4810-445 Guimarães, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia de Guimarães.

**NOTA:**

As listas candidatas, bem como a sua respetiva documentação, devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Distrital de Braga, até às 23:59h do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, através do email jsddistritalbraga74@gmail.com.